

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL CRÍTICA: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL DO ENSINO DE GEOGRAFIA

Geographical Education and the Formation of Critical Environmental Consciousness:
Reflections on the Socio-Environmental Dimension of Geography Teaching

Educación Geográfica y Formación de la Conciencia Ambiental Crítica: Reflexiones sobre la
Dimensión Socioambiental de la Enseñanza de la Geografía

Mikcael Paes Negrão*
Jovina dos Reis Neto**

*Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor efetivo da Rede Estadual de Ensino do Tocantins, Secretaria da Educação do Estado do Tocantins (SEDUC-TO), Porto Nacional, Brasil – mikcaelnegrao43@gmail.com

**Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Porto Nacional, Brasil – jovinadosreisneto2015@gmail.com

Recebido em 30/10/2025. Aceito para publicação em 02/02/2026.
Versão online publicada em 24/02/2026 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

O presente artigo discute o papel da Educação Geográfica na formação da consciência ambiental crítica, tomando a dimensão socioambiental como eixo estruturante do ensino de Geografia. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: de que maneira a Educação Geográfica, fundamentada em uma perspectiva crítica, pode contribuir para a construção de uma consciência ambiental crítica no contexto da escola? Metodologicamente, o estudo se ancora em pesquisa bibliográfica, dialogando com autores clássicos e contemporâneos da Geografia e da Educação Ambiental, como Cavalcanti (2012), Castellar (2019), Callai (2003) e Leff (2019). A análise indica que a Educação Geográfica, quando orientada pela compreensão crítica das relações entre sociedade e natureza, favorece a formação de sujeitos capazes de interpretar, problematizar e intervir no espaço vivido. Evidencia-se que o fortalecimento da dimensão socioambiental no ensino de Geografia contribui para a construção de valores éticos, para o engajamento comunitário e para o desenvolvimento de práticas educativas emancipatórias. O estudo reforça, assim, a necessidade de uma formação docente crítica e interdisciplinar, comprometida com o enfrentamento dos desafios contemporâneos da sustentabilidade e da justiça socioambiental.

Palavras-chave: Educação geográfica. Consciência ambiental. Justiça socioambiental. Ensino de Geografia. Formação crítica.

Abstract:

This article discusses the role of Geographic Education in the formation of critical environmental awareness, considering the socio-environmental dimension as a structuring axis of Geography teaching. It starts with the following research problem: in what ways can Geographic Education, grounded in a critical perspective, contribute to the construction of critical environmental awareness in the school context? Methodologically, the study is based on bibliographic research, engaging with classical and contemporary authors in Geography and Environmental Education, such as Cavalcanti (2012), Castellar (2019), Callai (2003), and Leff (2019). The analysis indicates that Geographic Education, when oriented by a critical understanding of the relationships between society and nature, fosters the formation of subjects capable of interpreting, problematizing, and intervening in the lived space. It is evident that strengthening the socio-environmental dimension in Geography teaching contributes to the construction of ethical values, community engagement, and the development of emancipatory educational practices. The study thus emphasizes the need for critical and interdisciplinary teacher training, committed to addressing contemporary challenges of sustainability and socio-environmental justice.

Keywords: Geographical education. Environmental awareness. Socio-environmental justice. Geography teaching. Critical formation.

Resumen:

Este artículo analiza el papel de la Educación Geográfica en la formación de la conciencia ambiental crítica, considerando la dimensión socioambiental como eje estructurante de la enseñanza de la Geografía. El estudio parte del siguiente problema de investigación: ¿de qué manera la Educación Geográfica, fundamentada en una perspectiva crítica, puede contribuir a la construcción de una conciencia ambiental crítica en el contexto escolar? Metodológicamente, la investigación se apoya en un enfoque bibliográfico, dialogando con autores clásicos y contemporáneos de la Geografía y de la Educación Ambiental, como Cavalcanti (2012), Castellar (2019), Callai (2003) y Leff (2019). El análisis indica que la Educación Geográfica, cuando está guiada por una comprensión crítica de las relaciones entre sociedad y naturaleza, favorece la formación de sujetos capaces de interpretar, problematizar e intervenir en el espacio vivido. Se evidencia que el fortalecimiento de la dimensión socioambiental en la enseñanza de la Geografía contribuye a la construcción de valores éticos, al compromiso comunitario y al desarrollo de prácticas educativas emancipadoras. El estudio refuerza, así, la necesidad de una formación docente crítica e interdisciplinaria, comprometida con el enfrentamiento de los desafíos contemporáneos de la sostenibilidad y la justicia socioambiental.

Palabras-clave: Educación geográfica. Conciencia ambiental. Justicia socioambiental. Enseñanza de la Geografía. Formación crítica.

1. Introdução

A crise ambiental contemporânea, evidenciada pela degradação dos ecossistemas, pelas desigualdades socioespaciais e pela intensificação das mudanças climáticas, demanda novas formas de compreender as interações entre sociedade e natureza. Nesse contexto, a Educação Geográfica emerge como um campo estratégico para o desenvolvimento da consciência ambiental crítica, ao articular o conhecimento espacial com a reflexão ética e política sobre as práticas humanas no território. Mais do que um componente curricular, o ensino de Geografia deve ser concebido como prática formativa voltada à leitura e à transformação do espaço vivido, que promove o exercício da cidadania socioambiental.

Diante desse cenário, emerge um problema central para o campo da Educação Geográfica e da Educação Ambiental crítica: de que maneira o ensino de Geografia, ao incorporar a dimensão socioambiental em uma perspectiva crítica, pode contribuir

efetivamente para a formação da consciência ambiental crítica dos estudantes? Embora haja um reconhecimento crescente da importância dos temas ambientais no currículo escolar, observa-se que muitas abordagens ainda se restringem a práticas pontuais ou a leituras despolitizadas da relação sociedade–natureza, o que limita seu potencial formativo.

Assim, torna-se necessário aprofundar a reflexão teórica sobre os fundamentos da Educação Geográfica que sustentam uma compreensão crítica do espaço e da questão ambiental, ao tensionar concepções naturalizantes, tecnicistas ou meramente normativas presentes no ensino.

Para Cavalcanti (2018), a Geografia Escolar tem a função de possibilitar ao estudante compreender o espaço como uma construção social e histórica, resultante da ação humana mediada pelas condições naturais e pelas contradições do mundo globalizado. Essa compreensão é essencial para a formação de sujeitos críticos, capazes de intervir na realidade e atuar de forma responsável em seus contextos.

Nessa mesma direção, Callai (2013) enfatiza que o ensino de Geografia deve oportunizar o reconhecimento do lugar como expressão das relações entre sociedade e natureza, o que possibilita a construção de saberes que valorizem o cotidiano como espaço de reflexão e ação transformadora.

A consciência ambiental crítica, nesse sentido, não se limita à sensibilização ecológica ou à mera transmissão de conteúdos sobre o meio ambiente, mas implica compreender as relações de poder e de produção que sustentam as desigualdades ambientais. Leff (2019) propõe o conceito de saber ambiental como uma racionalidade que integra conhecimento científico, valores éticos e práticas sociais, e questiona as bases do modelo hegemônico de desenvolvimento.

Essa perspectiva converge com as ideias de Torres (2010), para quem uma educação ambiental crítica e transformadora deve se apoiar em uma pedagogia dialógica, inspirada em Freire, que reconheça o estudante como sujeito histórico e protagonista da mudança social. Assim, refletir sobre a dimensão socioambiental da Educação Geográfica é refletir também sobre o papel da escola como espaço de formação para a vida em sociedade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) reforça a necessidade de um ensino de Geografia que promova o pensamento crítico, a leitura do mundo e o desenvolvimento de competências que articulem o local e o global, o natural e o social. Ao abordar temas como sustentabilidade, território e cidadania, a BNCC consolida a relevância da

Geografia para compreender as múltiplas escalas dos problemas ambientais e suas implicações éticas e políticas.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre o papel da Educação Geográfica na formação da consciência ambiental crítica, e analisa seus fundamentos teóricos, desafios e potencialidades no contexto da escola contemporânea. Parte-se da premissa de que compreender o espaço geográfico em sua totalidade é condição indispensável para a construção de uma racionalidade socioambiental capaz de promover práticas educativas comprometidas com a justiça ambiental e a sustentabilidade.

2. Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada na abordagem bibliográfica e teórico-reflexiva, cujo propósito é analisar e discutir as contribuições da Educação Geográfica para a formação da consciência ambiental crítica. A metodologia adotada ancora-se nas contribuições de Denzin e Lincoln (2006), que compreendem a pesquisa qualitativa como um processo interpretativo e contextual, voltado à compreensão dos significados produzidos nos discursos e nas práticas sociais.

O levantamento bibliográfico foi realizado a partir de um recorte temático centrado nas discussões sobre Educação Geográfica, ensino de Geografia e Educação Ambiental crítica, bem como de um recorte temporal que privilegia produções publicadas entre os anos 2000 e 2023, sem desconsiderar obras clássicas fundamentais para a consolidação do campo. Os critérios de seleção das obras analisadas consideraram a relevância teórica dos autores, a recorrência de suas produções no debate acadêmico e a contribuição efetiva para a compreensão da dimensão socioambiental do ensino de Geografia.

Assim, o estudo dialoga com referenciais teóricos clássicos e contemporâneos da Geografia e da Educação Ambiental, com destaque para autores como Cavalcanti (2018), Callai (2013) e Leff (2019), cujas reflexões oferecem subsídios consistentes para analisar o papel do ensino de Geografia na formação de sujeitos críticos e ambientalmente conscientes. Além de livros e artigos científicos, foram examinados documentos oficiais, especialmente a BNCC (Brasil, 2018), por sua centralidade na orientação curricular do ensino de Geografia e na abordagem das questões socioambientais na Educação Básica.

A leitura e a sistematização dos referenciais foram orientadas por eixos analíticos que estruturam a análise teórica do estudo, a saber: (i) Educação Geográfica e raciocínio geográfico;

(ii) dimensão socioambiental do ensino de Geografia; e (iii) consciência ambiental crítica e formação cidadã. Esses eixos permitiram identificar convergências, tensões e complementaridades entre as categorias “educação geográfica”, “raciocínio geográfico” e “consciência ambiental crítica”, que possibilita a construção de um quadro teórico articulado às discussões desenvolvidas nas seções subsequentes.

Dessa forma, a metodologia adotada viabiliza o diálogo entre diferentes perspectivas epistemológicas, articulando o conhecimento geográfico, a formação cidadã e as práticas pedagógicas comprometidas com a sustentabilidade e a justiça socioambiental.

3. Educação Geográfica, Dimensão Socioambiental e Formação da Cidadania

3.1 Educação Geográfica e a formação da consciência ambiental crítica

A Educação Geográfica, ao promover a compreensão das relações, dinâmicas e fluxos do espaço geográfico, tem como um de seus principais objetivos a formação de sujeitos capazes de compreender, interpretar e intervir criticamente no espaço em que vivem. Para Cavalcanti (2012), a Geografia escolar deve contribuir para a construção de um conhecimento que vá além da simples localização dos fenômenos, e promove a leitura crítica do espaço e das práticas sociais que o produzem.

Nessa mesma direção, Callai (2003) afirma que o ensino de Geografia deve possibilitar ao estudante compreender-se como parte integrante do espaço e sujeito ativo na sua transformação. Assim, a formação do sujeito espacialmente consciente implica desenvolver a capacidade de reconhecer as múltiplas dimensões do território — natural, social, política e cultural — e compreendê-las como partes interdependentes da totalidade espacial.

Essa concepção da Educação Geográfica se ancora no princípio de que o espaço é produto das ações humanas e das relações de poder que o configuram, o que exige uma abordagem pedagógica que articule o conhecimento empírico do estudante com os referenciais teóricos e científicos da Geografia.

Gomes (2017) enfatiza que o espaço geográfico é, antes de tudo, um “quadro de referência” que orienta o pensamento e o agir dos indivíduos no mundo, sendo fundamental que o ensino geográfico propicie a reflexão sobre o modo como as práticas sociais produzem espacialidades desiguais.

De forma complementar, Cavalcanti e Souza (2014) defendem que a Educação Geográfica deve assumir o compromisso ético e político de formar cidadãos críticos, aptos a

reconhecer as contradições espaciais e a atuar na construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Essa perspectiva amplia o papel da escola, e a transforma em um espaço de leitura e intervenção no território vivido.

No contexto da contemporaneidade, marcada por transformações rápidas e complexas, a Educação Geográfica assume papel ainda mais relevante, pois o domínio da linguagem espacial tornou-se condição para o exercício pleno da cidadania. Castellar (2019) destaca que o raciocínio geográfico é a base para o desenvolvimento do pensamento espacial, habilidade essencial para compreender as dinâmicas socioambientais e urbanas da atualidade.

A autora argumenta que pensar geograficamente é correlacionar fenômenos em múltiplas escalas e temporalidades, o que desenvolve um olhar relacional e crítico sobre o espaço. Castellar, Garrido-Pereira e De Paula (2022) reforçam essa visão ao enfatizar que o raciocínio geográfico não é apenas uma competência cognitiva, mas também uma forma de reconhecimento da experiência espacial como prática de cidadania. Dessa forma, o processo educativo deve estimular o estudante a desenvolver essa competência e o aproxima das realidades concretas do seu território.

Além disso, compreender o espaço implica reconhecer sua dimensão simbólica e cultural, constituída pelas representações e significados que os sujeitos atribuem aos lugares. Callai (2013) considera que o estudo do lugar deve partir da vivência cotidiana dos alunos, para que o conhecimento geográfico se construa a partir da relação entre o vivido e o concebido.

Para Cavalcanti (2018), a escola é um espaço privilegiado para essa mediação, na medida em que articula os saberes locais com as escalas mais amplas do mundo, o que contribui para a formação de um pensamento geográfico integrado. Essa abordagem rompe com a fragmentação tradicional do ensino e promove a compreensão do espaço como totalidade dinâmica, o que reforça o sentido da Educação Geográfica como prática formadora de sujeitos críticos, sensíveis e conscientes de seu papel na sociedade e no ambiente.

A formação do sujeito espacialmente consciente pressupõe o desenvolvimento de uma leitura crítica do território e das dinâmicas socioambientais que o constituem. De acordo com Leff (2019), a crise ambiental contemporânea exige uma reconfiguração epistemológica e ética na forma de compreender as relações entre sociedade e natureza, superando o paradigma utilitarista e fragmentado do conhecimento moderno.

Nesse sentido, a Educação Geográfica assume um papel transformador, pois, como observa Cavalcanti (2010), cabe a ela fomentar uma consciência que articule o conhecimento

científico e a experiência vivida, formando cidadãos capazes de perceber as interdependências entre o local e o global. Essa articulação é fundamental para que o ensino da Geografia contribua para o fortalecimento da racionalidade ambiental — conceito proposto por Leff — e para o reconhecimento de que o espaço é resultado de práticas sociais historicamente condicionadas, mas passíveis de transformação.

A dimensão socioambiental da Educação Geográfica, portanto, não pode se restringir à transmissão de conteúdos sobre meio ambiente, devendo priorizar o desenvolvimento de competências críticas que permitam ao estudante compreender-se como agente de transformação. Torres (2010) argumenta que a Educação Ambiental crítico-transformadora deve ir além da sensibilização ecológica, promovendo a emancipação dos sujeitos por meio de práticas pedagógicas dialógicas e contextualizadas.

Essa concepção converge com Carvalho Sobrinho (2021), que, ao investigar a educação geográfica cidadã, destaca o papel da escola na construção de uma consciência espacial que relacione o cotidiano dos estudantes às desigualdades territoriais e ambientais de seu entorno. Assim, a Educação Geográfica contribui para o fortalecimento da cidadania quando possibilita a leitura e a interpretação crítica das contradições do espaço vivido, favorecendo uma postura ética e reflexiva diante dos desafios ambientais contemporâneos.

A Educação Geográfica, nesse contexto, assume uma função decisiva na consolidação de uma racionalidade espacial crítica, capaz de integrar os diferentes saberes e experiências do sujeito em sua relação com o território. Como aponta Cavalcanti (2018), compreender o espaço como produto e condição das práticas sociais significa reconhecer sua natureza dinâmica, relacional e historicamente construída.

Assim, o ensino de Geografia deve orientar-se para o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento analítico dos estudantes, promovendo uma leitura ativa da realidade. Callai (2013) reforça que ensinar Geografia é possibilitar que o educando se perceba como agente transformador, articulando conhecimento científico e vivido, o local com o global.

Nessa perspectiva, o espaço escolar torna-se um ambiente privilegiado para a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua inserção socioambiental e comprometidos com a construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

A BNCC (Brasil, 2018) reforça essa perspectiva ao destacar que o ensino de Geografia deve desenvolver competências para que o estudante compreenda os processos de construção do espaço geográfico e aja de forma responsável na transformação da realidade socioambiental.

Essa diretriz está em sintonia com Castellar e De Paula (2020), que defendem o pensamento espacial como elemento estruturante da educação geográfica contemporânea, pois permite ao aluno analisar, representar e interpretar os fenômenos espaciais de maneira integrada. Nesse contexto, o raciocínio geográfico torna-se não apenas uma habilidade cognitiva, mas uma prática cidadã, orientada pela responsabilidade socioambiental e pela leitura crítica das desigualdades territoriais.

A Educação Geográfica, ao incorporar essas dimensões, torna-se um campo fértil para o desenvolvimento da consciência ambiental crítica, entendida como uma forma de perceber o espaço na sua complexidade e agir de maneira responsável na sua transformação. Callai (2003) defende que a pesquisa e o estudo do lugar são fundamentais nesse processo, pois aproximam o conhecimento científico da experiência dos alunos, ressignificando o aprendizado geográfico.

Complementarmente, Cavalcanti (2018) ressalta que o ensino da Geografia deve contribuir para a formação de sujeitos autônomos, capazes de compreender as dinâmicas espaciais e propor alternativas sustentáveis e justas para o futuro coletivo. Dessa forma, a Educação Geográfica, quando articulada aos princípios da justiça socioambiental, torna-se um instrumento poderoso para a construção de um pensamento crítico e transformador, que ultrapassa os limites da sala de aula e se projeta na ação social e política.

3.2 A dimensão socioambiental do ensino de Geografia: práticas e desafios

A dimensão socioambiental do ensino de Geografia emerge como um campo de reflexão e prática fundamental diante das transformações contemporâneas e das crises ambientais que se intensificam no século XXI. Tal perspectiva exige repensar o papel da escola como espaço de formação crítica e de intervenção social. Guimarães (2007) destaca que a Educação Ambiental deve ultrapassar o caráter informativo e assumir um viés participativo, emancipador e político, que estimule a corresponsabilidade dos sujeitos pela transformação da realidade.

Nessa mesma direção, Loureiro (2015) afirma que a epistemologia crítica da Educação Ambiental deve articular a consciência ecológica à compreensão das estruturas sociais que produzem desigualdades e degradação ambiental, superando a visão naturalista e fragmentada do meio ambiente. Assim, a Geografia escolar torna-se um campo estratégico para a formação de sujeitos capazes de compreender as interações que perpassam no território usado e agir eticamente sobre elas.

A abordagem socioambiental na Educação Geográfica requer o desenvolvimento de práticas pedagógicas que favoreçam a leitura crítica do espaço e a problematização das relações socioeconômicas que configuram o território. Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009) defendem que o ensino de Geografia deve promover o diálogo entre o conhecimento científico, a vivência cotidiana e as experiências locais, o que permite que o estudante reconheça sua inserção no mundo e compreenda o caráter dinâmico do espaço geográfico.

Em complemento, Ascensão e Valadão (2014) ressaltam que o papel do professor de Geografia é mediar o estudo do fenômeno e sua interpretação espacial, conduzindo o aluno à compreensão da complexidade que permeia as práticas humanas e seus impactos ambientais. Essa mediação pedagógica pressupõe que o docente seja capaz de articular conteúdos, metodologias e valores, e construa um processo formativo que privilegie o raciocínio geográfico e o engajamento crítico.

A prática educativa, nesse contexto, deve estar ancorada na dialogicidade e na problematização — princípios centrais na pedagogia freireana. Freire (1996) enfatiza que ensinar é um ato ético e político que exige a compreensão da realidade concreta dos educandos, a escuta ativa e a construção coletiva do conhecimento. Ao incorporar essa concepção ao ensino de Geografia, o professor amplia a possibilidade de despertar a consciência crítica sobre os fenômenos espaciais e ambientais, o que favorece a formação de um sujeito que não apenas compreende o espaço, mas que se reconhece como parte dele.

Marques (2019) complementa essa visão ao afirmar que natureza e sociedade constituem uma totalidade indissociável, sendo o espaço o campo onde se manifestam as contradições entre o modo de produção capitalista e os limites ecológicos do planeta. A partir dessa perspectiva, o ensino da Geografia deve revelar as dimensões sociais e políticas da questão ambiental, deslocando o debate para além das práticas pontuais de conservação e reciclagem, rumo a uma compreensão sistêmica e transformadora da realidade.

Contudo, incorporar a dimensão socioambiental ao ensino de Geografia ainda representa um desafio pedagógico e institucional. Lipai, Layrargues e Pedro (2007) apontam que, embora a Educação Ambiental esteja prevista na legislação educacional brasileira, sua implementação nas escolas é muitas vezes superficial, marcada por atividades descontextualizadas e desvinculadas do projeto político-pedagógico. Essa crítica é reforçada por Cavalcanti (2012), que alerta para a necessidade de superar a fragmentação dos conteúdos, unindo o conhecimento geográfico, a ética ambiental e a cidadania.

Para tanto, é essencial investir na formação docente e na produção de materiais didáticos que dialoguem com a realidade local, e estimulem o protagonismo do professor como pesquisador e agente de transformação social. A dimensão socioambiental do ensino de Geografia, portanto, não se restringe à transmissão de conteúdos, mas à formação integral do sujeito para a leitura, a crítica e a intervenção responsável no mundo.

Nesse sentido, o ensino de Geografia deve ser compreendido como prática social e política, comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Loureiro (2015) e Guimarães (2007) convergem ao enfatizar que a Educação Ambiental crítica não se limita à esfera da consciência individual, mas à ação coletiva e transformadora.

A Geografia, enquanto ciência do espaço e das relações sociais, oferece ferramentas conceituais e metodológicas para compreender as contradições do desenvolvimento e projetar alternativas para o futuro. O desafio contemporâneo é, portanto, consolidar uma prática educativa que integre a leitura geográfica do mundo à práxis ambiental emancipadora, e articule conhecimento, ética e participação social.

3.3 Educação geográfica e cidadania socioambiental: caminhos para uma prática crítica

A articulação entre Educação Geográfica e formação para a cidadania socioambiental reclama, como ponto de partida, a compreensão de que ensinar Geografia é também formar sujeitos políticos capazes de ler, questionar e intervir nas relações que produzem desigualdades socioambientais. Nesse sentido, a BNCC (Brasil, 2018) orienta o desenvolvimento de competências que conectem conhecimento espacial e ação cidadã, e posiciona o ensino como vetor de responsabilização social.

A esse propósito, Cavalcanti (2018) enfatiza que a Geografia escolar deve ir além da enumeração de fatos e territórios, e produzir saberes que qualifiquem o raciocínio crítico e a intervenção informada no espaço; paralelamente, Castellar (2019) sustenta que o raciocínio geográfico, quando cultivado, torna-se instrumento de reconhecimento e de empoderamento territorial, o que habilita o sujeito a identificar dinâmicas de poder que atravessam o ambiente.

Para que essa formação seja efetiva, faz-se necessário repensar metodologias e práticas pedagógicas: o ensino deve adotar procedimentos investigativos, participativos e ancorados no lugar, capazes de promover aprendizagens significativas e mobilizadoras.

Callai (2003; 2013) propõe o estudo do lugar como eixo metodológico que aproxima saber escolar e experiência local, e se constitui como estratégia para conectar o aluno ao seu contexto imediato; nessa mesma linha, Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009) defendem práticas que integrem pesquisa-ação e problematização, permitindo que alunos e professores elaborem coletivamente diagnósticos e propostas de intervenção. Essa combinação metodológica favorece a apropriação do conhecimento geográfico como ferramenta de transformação social e política.

A prática pedagógica orientada para a cidadania socioambiental deve, ainda, assumir um caráter crítico-transformador, no qual a análise das causas estruturais dos problemas ambientais seja central. Leff (2019) oferece aporte conceitual ao afirmar que o saber ambiental requer articulação entre conhecimento científico, valores éticos e práticas sociais, rompe com concepções meramente conservacionistas ou tecnicistas; igualmente, Loureiro (2015) aponta que uma epistemologia crítica na Educação Ambiental permite desnaturalizar processos de exploração e desigualdade, e responsabiliza os sujeitos pelas escolhas coletivas.

Integrar essas perspectivas ao ensino de Geografia implica trabalhar temas como justiça ambiental, apropriação do território e acesso a recursos, desloca o foco de soluções pontuais para a compreensão de arranjos estruturais. A construção da cidadania socioambiental também demanda a valorização de saberes locais e práticas comunitárias que historicamente articulam cuidado e sobrevivência no território. Carvalho Sobrinho (2021) e Guimarães (2007) destacam a importância de estabelecer diálogos entre saberes escolares e saberes comunitários, e promovem processos educativos que reconheçam e potencializem formas locais de gestão ambiental e solidariedade social.

Esse movimento epistemológico — que legitima saberes populares e incorpora narrativas diversas ao currículo — contribui para uma educação mais inclusiva e politicamente engajada, capaz de ampliar os horizontes de participação dos estudantes e de suas comunidades. A efetivação de uma prática educativa voltada à cidadania socioambiental requer, além de fundamentos teóricos consistentes, o desenvolvimento de metodologias que favoreçam o engajamento e a reflexão crítica.

Freire (1996) destaca que ensinar é um ato político e ético, que implica compromisso com a autonomia e a emancipação dos sujeitos; aprender a ler o mundo precede o ato de transformá-lo. Essa perspectiva é compartilhada por Torres (2010), ao defender uma educação ambiental crítico-transformadora, que ultrapassa os limites da escola e propõe uma consciência

coletiva voltada à justiça e à solidariedade socioambiental. Assim, o papel do professor de Geografia se amplia: ele não é apenas transmissor de conteúdos, mas mediador de processos de leitura e interpretação do espaço vivido, de modo que conecte as dimensões locais e globais das problemáticas ambientais.

Nesse contexto, o ensino de Geografia precisa dialogar com a complexidade das relações entre natureza e sociedade, e compreendê-las como dimensões interdependentes e dinâmicas do espaço geográfico. Marques (2019) observa que a dualidade entre natureza e sociedade é uma construção histórica, e que superá-la implica reconhecer o espaço como produto da ação humana mediada por processos naturais e sociais.

Essa concepção se alinha ao pensamento de Cavalcanti e Souza (2014), que afirmam que o ensino geográfico crítico deve integrar a dimensão socioambiental como eixo de formação cidadã, e contribuir para que o estudante reconheça a si mesmo como agente ativo nas transformações territoriais. Dessa forma, pensar a educação geográfica em uma perspectiva socioambiental significa desenvolver competências para compreender e intervir nas contradições que estruturam o espaço.

Ao abordar os desafios da prática, Ascensão e Valadão (2014) chamam atenção para a necessidade de o professor de Geografia articular o estudo do fenômeno com a interpretação da sua espacialidade, e promover a passagem do conhecimento empírico ao pensamento geográfico abstrato e crítico. Isso pede o uso de metodologias investigativas, interdisciplinares e participativas, como projetos de campo, cartografias sociais e estudos do lugar.

Tais estratégias ampliam a capacidade dos estudantes de compreender a espacialidade dos fenômenos e de situar suas próprias práticas cotidianas em um contexto mais amplo de relações socioambientais. Lipai, Layrargues e Pedro (2007) reforçam esse ponto ao argumentar que a escola tem papel fundamental na institucionalização da educação ambiental crítica, e deve promover experiências formativas que vinculem ética, política e prática social.

A integração entre Geografia e Educação Ambiental, portanto, deve ser pensada não como soma de conteúdos, mas como fusão epistemológica que permita construir um olhar ambientalmente sensível e socialmente comprometido. Como afirma Leff (2019), o desafio contemporâneo é reconstruir uma racionalidade ambiental que una ciência, cultura e política, e supere visões fragmentadas de mundo.

Essa síntese é possível na medida em que a educação geográfica reconhece o território como espaço de pertencimento, de conflito e de emancipação — e, nesse sentido, a formação da

consciência socioambiental torna-se elemento estruturante da própria prática docente. Assim, a cidadania socioambiental não é um fim, mas um processo permanente de construção, que se realiza na relação dialógica entre sujeito, território e natureza.

4. Considerações Finais

O presente artigo evidenciou que a educação geográfica, ao ser orientada por uma perspectiva crítica e socioambiental, constitui-se como um instrumento essencial para a formação de sujeitos conscientes e participativos diante das contradições do espaço contemporâneo. Essa abordagem possibilita compreender o espaço geográfico não apenas como cenário das ações humanas, mas como produto e expressão das relações sociais, culturais e ambientais que nele se materializam.

Nessa direção, a Geografia escolar assume um papel formativo de grande relevância, pois favorece a leitura crítica da realidade e o desenvolvimento do raciocínio geográfico como ferramenta de compreensão e intervenção no território. Assim, a educação geográfica se consolida como prática emancipadora, promotora da cidadania e do compromisso ético com a sustentabilidade e a justiça socioambiental.

A reflexão teórico-bibliográfica desenvolvida ao longo do estudo demonstrou que o ensino de Geografia, quando articulado à dimensão ambiental, potencializa o desenvolvimento do raciocínio geográfico, amplia a compreensão das dinâmicas territoriais e favorece a construção de uma consciência ambiental crítica.

A consolidação de práticas pedagógicas inovadoras e críticas no ensino de Geografia requer, portanto, o compromisso contínuo com a formação docente voltada à pesquisa, à reflexão e à ação transformadora. Nessa perspectiva, o professor de Geografia torna-se agente ativo na mediação entre os saberes acadêmicos e as realidades vividas pelos estudantes, possibilitando a construção de conhecimentos significativos e contextualizados.

Conforme defendem Callai (2013) e Cavalcanti (2018), essa mediação é essencial para que o ensino da Geografia supere a simples descrição dos fenômenos espaciais e promova o desenvolvimento de competências que permitam aos discentes compreender e intervir criticamente nas dinâmicas socioespaciais de seu entorno. Assim, o papel formativo da Geografia reafirma-se como um caminho para o exercício da cidadania e para a consolidação de uma educação comprometida com os princípios da justiça social e ambiental.

Essa abordagem demanda que o professor ultrapasse a mera transmissão de conteúdos, assumindo o papel de mediador do pensamento espacial e promotor de práticas educativas voltadas à emancipação dos educandos e à leitura transformadora da realidade. Desse modo, o ensino de Geografia assume relevância não apenas como componente curricular, mas como prática social e política comprometida com a sustentabilidade e a justiça socioambiental.

As reflexões aqui apresentadas reforçam a necessidade de fortalecer a formação docente, o diálogo interdisciplinar e o vínculo entre território, cultura e meio ambiente, conforme apontam autores como Cavalcanti (2012), Castellar e De Paula (2020) e Leff (2019). Conclui-se que a consolidação de uma educação geográfica crítica e ambientalmente orientada é um caminho promissor para o fortalecimento da cidadania socioambiental, da autonomia intelectual e do protagonismo dos sujeitos no enfrentamento dos desafios contemporâneos.

5. Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CALLAI, Helena Copetti. **O espaço geográfico e o ensino de Geografia**: uma trajetória no ensino fundamental. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

CALLAI, Helena Copetti. O espaço geográfico e a escola: algumas reflexões sobre o ensino de Geografia. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org.). **Ensino de Geografia**: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. p. 99–118.

CARVALHO SOBRINHO, H. **Educação geográfica e formação cidadã**: o Projeto Nós Propomos! no Distrito Federal/Brasil. 2021. 213 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

CASTELLAR, S. M. V. Raciocínio geográfico e a teoria do reconhecimento na formação do professor de Geografia. **Revista Signos Geográficos**, [s. l.], v. 1, p. 20, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/signos/article/view/59197>. Acesso em: 3 out. 2023.

CASTELLAR, S. M. V.; DE PAULA, I. R. O papel do pensamento espacial na construção do raciocínio geográfico. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [s. l.], v. 10, n. 19, p. 294–322, 2020. DOI: <https://doi.org/10.46789/edugeo.v10i19.922>. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/922>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CASTELLAR, S. M. V.; GARRIDO PEREIRA, M.; DE PAULA, I. R. O pensamento espacial e raciocínio geográfico: considerações teórico-metodológicas a partir da experiência brasileira. **Revista de Geografía Norte Grande**, [s. l.], n. 81, p. 429–456, 2022. Disponível em: <https://revistanortegrande.uc.cl/index.php/RGNG/article/view/32695>. Acesso em: 6 set. 2023.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A Geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. **Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais**. Belo Horizonte, nov. 2010.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012. p. 45–47.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 2018.

CAVALCANTI, Lana de Souza; SOUZA, Vanilton Camilo de. A formação do professor de Geografia para atuar na educação cidadã. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 18, n. 496, p. 1–17, dez. 2014. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/14970>. Acesso em: 20 dez. 2023.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, P. C. C. **Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental: participação para além dos muros da escola. In: BRASIL. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola**. Brasília: MEC/MMA/Unesco, 2007. P 85-93.

LEFF, H. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. 11ª ed. 3ª reimpressão. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2019.

LIPAI, Eneida Maekawa; LAYRARGUES, Philippe Pomier; PEDRO, Viviani Vazzi. Educação Ambiental na escola: tá na lei. In: BRASIL. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola**. Brasília: MEC/MMA/Unesco, 2007. P 23-33.

LOUREIRO, Carlos Frederico. Educação Ambiental e epistemologia crítica. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**, v. 32, n. 2, p. 159-176, 2015.

MARQUES, Marta Inez. Natureza e sociedade. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia (Orgs.). **A necessidade da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2019. P 175-190.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. E.; CACETE, N. G. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2009.

ROQUE ASCENÇÃO, V. O.; VALADÃO, R. C. Professor de Geografia: entre o estudo do fenômeno e a interpretação da espacialidade do fenômeno. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 18, n. 496 (03), p. 1-14, 2014. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/14965>. Acesso em: 20 dez. 2023.

TORRES, J.R. **Educação ambiental crítico-transformadora e abordagem temática Freireana**. 2010. 456 f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93568>. Acesso: jul. 2022.

